

Sumário

Considerações introdutórias.....	1
Parte 1 – O processo penal, a vingança privada e o Estado	15
1. O estudo histórico-filosófico do processo penal:.....	15
2. A vingança privada:.....	20
2.1 Da vingança como sentimento imanente à humanidade:.....	30
Parte 2 – A acusação penal na história	41
1. A acusação popular:.....	41
1.2. A acusação no Egito:	42
1.3. A acusação na Grécia:	44
1.3.1. Os sicofantas:.....	47
1.4. A acusação em Roma:	53
1.4.1 O declínio da acusação popular: a infestação da praga dos delatores em Roma	65
1.4.2 A reação dos imperadores cristãos contra os delatores:	73
1.5 Os debates parlamentares da Revolução Francesa:.....	78
1.6 Conclusões que podemos tirar sobre a acusação popular:	82
1.7 A acusação popular no Direito brasileiro:.....	87
1.7.1 O Projeto de Lei 6.404/2016:.....	89
1.8 Reflexões dogmáticas sobre a ação penal e a acusação:.....	91
1.8.1. Titularidade da ação penal x exercício da ação penal:	91

1.9 O exercício da ação penal como potestade jurídica:	100
1.10 Acusação em sentido amplo e acusação em sentido estrito: ...	103
1.11A diferença entre acusador, denunciante e delator:	108
11.1.1 Denunciante:	110
1.11.1.1. Denúncia anônima:	118
1.11.1.2. Denúncia recompensada:	123
1.11.2. Delator:.....	127
1.11.2.1. Análise política da delação:.....	130
1.11.2.2. Análise jurídica da delação:.....	139
1.12 A sucumbência do acusador:.....	148
2. A acusação privada:	149
3. A acusação pública:.....	157
4. A acusação concorrente:	160
5. A acusação predominantemente pública e subsidiariamente privada:.....	162
6. A acusação predominantemente popular/privada e subsidiariamente pública:	164
7. Sistema por nós defendido:	173
Parte 3 – Do Ministério Público	175
1. Do monopólio do exercício da ação penal pública:.....	178
1.1 Princípio da indisponibilidade da ação penal:	181
1.1.1 Princípio da obrigatoriedade:.....	182
1.1.1.1 Acusação privada subsidiária da pública:	188

1.1.2 Princípio da indesistibilidade:	192
1.1.3 O fim da indisponibilidade da ação penal pública no Direito brasileiro?	204
1.1.3.1 Os mecanismos consensuais no processo penal:.....	209
1.1.3.2 Princípio da obrigatoriedade às avessas:.....	219
2. Do arquivamento:	221
2.1. Controle do arquivamento:	235
2.1.1 Controle do arquivamento antes da Lei 13.964/19	236
2.1.2 Controle do arquivamento depois da Lei 13.964/19:.....	238
2.1.3 Inconstitucionalidade do novo procedimento de arquivamento:.....	240
2.1.4 Nossa posição:.....	242
3. Da <i>opinio delicti</i> positiva:.....	249
3.1 <i>Opinio delicti</i> parcialmente positiva:.....	256
4. Da denúncia:.....	258
5. Da imputação:.....	260
5.1 Da imputação de participação:	275
6. Do abuso do poder de acusar:.....	277
6.1 A opinião de CONSTANT:.....	281
6.2 A opinião de FILANGIERI:	284
6.3 A sucumbência civil:.....	286
6.4 Nossa posição:	288
6.4.1 A sucumbência do acusador popular:	292

7. Do assistente de acusação:.....	294
8. Da (im)parcialidade do Ministério Público:	304
9. Das relações do Ministério Público com a sociedade:	313
Parte 4 – Reflexões finais sobre a acusação	317
1. Acusação (e defesa) na fase investigativa:.....	317
2. Ônus da prova:	331
3. A palavra acusatória do ofendido como causa deflagradora da acusação em sentido estrito:	346
4. A testemunha anônima:.....	351
Referências bibliográficas	365